

Data e Local: 22 de fevereiro de 2019, às 10h00min, na Sala de Reuniões do CAP - Porto de Imbituba.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os Conselheiros ausentes justificaram suas faltas.

Convidados: Cleydson Dos S. Silva, Técnico em Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Ricardo José Arenhart, Suboficial da Marinha do Brasil; Gustavo Andres Gorigoitia Vega, Supervisor na CRB/Votorantin; Fábio Manoel Demétrio, Administrador na Santos Brasil; Abel Sérgio Passagnolo, Gerente da Ferrovia Tereza Cristina; Luis Mário Novochadlo, Diretor de Operações da Ferrovia Tereza Cristina; Alexandre Pinter, Diretor Administrativo, Comercial e Financeiro da SCPAR Porto de Imbituba; Roberto Luís de Figueiredo Santos Júnior, Diretor Jurídico da SCPAR Porto de Imbituba; Rui Roberti, Administrativo Portuário da SCPAR Porto de Imbituba; e Géssica da Silva, Agente Administrativo Portuário - Comunicação Social da SCPAR Porto de Imbituba.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, o Presidente do CAP, o Sr. Carlos Magno Lopes da Silva Filho, cumprimentou os Conselheiros e convidados presentes e iniciou a reunião.

2. APROVAÇÃO DAS ATAS RO 04/2018 E RO 05/2018:

O Presidente propôs a aprovação das atas RO 04/2018 e RO 05/2018. Dispensada a leitura, as atas foram aprovadas sem objeções e assinadas por todos os Conselheiros presentes.

3. APRESENTAÇÃO DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA DA SCPAR PORTO DE IMBITUBA AO CAP;

Para tratar do primeiro item da pauta, o Sr. Carlos Magno passou a palavra ao Diretor Presidente da SCPAR Porto de Imbituba.

Inicialmente, o Sr. Jamazi falou brevemente sobre a sua carreira profissional e formação acadêmica e, em seguida, apresentou-se como o atual Diretor Presidente da SCPAR Porto de Imbituba, informando que a nova Diretoria Executiva tomou posse no dia 18 de janeiro de 2019. Ato contínuo, apresentou os demais membros do colegiado, o Sr. Roberto Luís de Figueiredo Santos Júnior, Diretor Jurídico, e o Sr. Alexandre Pinter, Diretor Administrativo, Comercial e Financeiro. Dando continuidade a sua explanação, o Diretor Presidente compartilhou com o grupo a metodologia de trabalho que vem sendo adotada pela nova equipe de gestores. Expôs que na segunda-feira, dia 21 de janeiro, data em que a nova diretoria “aportou”, de fato, no Porto de Imbituba, foram realizadas reuniões de apresentações, nas quais a diretoria se apresentavam aos colaboradores do Porto (gerentes e equipe técnica) e estes se apresentavam aos novos líderes, expondo, além das principais atribuições que desempenham no Porto, informações pessoais como cidade de nascimento, idade, formação acadêmica e trajetória profissional. Nesta oportunidade, os colaboradores receberam a missão de estruturar (até o dia 23/02) uma breve apresentação do setor, contendo, além das demandas urgências, a descrição das funções, o mapeamento dos processos, os indicadores de performance, os resultados, a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças) e os impactos do setor no Planejamento Estratégico.

Em suma, os dias seguintes (quarta-feira e quinta-feira) da primeira semana de trabalho da nova diretoria foram dedicados a uma imersão de conhecimento dos processos internos junto aos

setores da empresa. Devido ao volume de informações, ainda faltam três setores apresentarem seus trabalhos.

Dando continuidade a sua explanação, o Diretor Presidente falou que, atendendo às solicitações de agenda do público externo, a nova Diretoria Executiva também tem dialogado com diferentes *stakeholders*, tais como clientes, operadores, sindicatos, órgão intervenientes, associações, etc.. Nestes encontros, a equipe da área técnica responsável por pelo assunto demandado é convidada a participar da discussão, pois a nova gestão entende que é importante que o assunto debatido e seus encaminhamentos estejam sob domínio dos servidores de carreira. Tal metodologia de trabalho, por vezes, tem sido cansativa, mas, ao mesmo tempo, tem se mostrado assertiva como forma de estruturar uma gestão participativa.

Finalizando a sua fala, o Diretor Presidente ressaltou que o Sr. Rafael Lima Palmares, Auditor Interno da Fazenda do Estado de Santa Catarina, atuou durante a transição do Governo e, neste momento, vem assessorando os atos da nova Diretoria Executiva. Além de ser servidor de carreira da Fazenda, o Sr. Rafael é Conselheiro Administrativo do SCPAR Porto de Imbituba S.A. e Diretor de Negócios da SC Par Holding.

4. PERA FERROVIÁRIA NA ÁREA DO PORTO DE IMBITUBA:

Para discorrer sobre o tema “pera ferroviária na área do Porto de Imbituba”, o Presidente do CAP passou a palavra ao convidado Sr. Luis Mário Novochadlo, Diretor de Operações da Ferrovia Tereza Cristina (FTC).

O Sr. Luís iniciou a sua fala expondo alguns dados referentes ao ano de 2018 acerca das operações portuárias por tipo de carga (Granel Sólido, Granel Líquido e Gasoso, Carga Containerizada e Carga Geral) dos Portos Brasileiros, Catarinenses e Imbitubenses. Em seguida, mencionou as informações do TECON (Terminal de Contêineres) Imbituba, citando o aumento da participação do modal ferroviário no transporte de contêineres até o Porto de Imbituba. O convidado também expôs que, no momento, a principal dificuldade que limita o crescimento da FTC é a falta de infraestrutura ferroviária dentro das instalações do Porto. Ato contínuo, apresentou a proposta de traçado para a construção de uma pera destinada a manobras do trem. Para ilustrar a importância desta obra, compartilhou com o grupo o vídeo do acidente que aconteceu em 2017 envolvendo o trem e um carro na interseção limítrofe do Porto. Por fim, citou quatro vantagens que justificam a construção da pera ferroviária, sendo elas: maior segurança, aumento de volume de movimentação do porto, produtividade e redução de custos.

O Conselheiro Gilberto afirmou que gostou do traçado proposto pela ferrovia, afirmando que o mesmo otimiza a ocupação do espaço. Em seguida, falou que com o alandamento, a empresa Fertisanta deixará que usar a VL3 (Via de Ligação 3), mas, mesmo assim, recomendou que sejam realizados estudos aprofundados sobre a interferência do transporte ferroviário no rodoviário.

O Presidente do CAP, o Sr. Carlos Magno, comentou que também é importante estar atento aos contratos de arrendamento.

Posteriormente, os Conselheiros indagaram sobre os custos, questionando os valores da obra e quem arcaria com os mesmos. Ato contínuo, o Convidado, Sr. Abel Sérgio Passagnolo esclareceu que o investimento é de aproximadamente R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) e será custeado pela FTC.

Aproveitando a presença do Prefeito da Cidade e da equipe da FTC, o Sr. Gilberto perguntou sobre quem vai assumir a responsabilidade de realizar a manutenção no local de passagem do trem na Avenida Manoel Florentino Machado. Tomando a palavra, o Sr. Abel se dispôs em alinhar junto a Prefeitura Municipal uma solução para minimizar o problema.

Retomando a discussão sobre a construção da pera ferroviária, o Presidente do CAP destacou que, para que a mesma seja concretizada, faz-se necessário atualizar o PDZ (Plano de Desenvolvimento Portuário) e discutir junto à ANTAQ e à SNP o modelo de contrato mais adequado a este cenário, podendo ser a celebração de direito de passagem ou o cessão de uso onerosa. O Diretor Presidente do Porto de Imbituba, o Sr. Jamazi, expôs que a reunião deste conselho é a quarta oportunidade em que este assunto vem sendo debatido, sendo assim, entende que o mesmo ainda requer análises técnicas avançadas, sendo que a atualização do PDZ constitui-se enquanto uma das demandas priorizadas na agenda dos trabalhos a serem encaminhados nos próximos dias.

A Sra. Marlei lembrou que a última versão revisada do PDZ foi encaminhada à SNP em setembro de 2018. De uma maneira preliminar, os técnicos que analisaram os documentos enviados apontaram que faz-se necessária a realização de alguns ajustes na base de dados georreferenciados. Sendo assim, ainda não existe uma previsão para a publicação do documento.

Adiante, o Sr. Luis expõe que o contrato da concessão da FTC possui mais 8 anos de vigência, podendo ser renovado por mais 30 anos. Neste cenário, assim como os bens do Porto ao final do convênio de delegação retornam para a União, os investimentos realizados pela FTC, quando do término da concessão, são revertidos ao Poder Público.

Em seguida, o Sr. Cleydson sugeriu que o Autoridade Portuária avance junto ao CAP na discussão da melhor solução técnica para a execução da obra, pois, uma vez bem definido o traçado e o projeto, é possível estruturar, em conjunto com a SNP e a ANTAQ, o modelo de contrato mais adequado a tal situação, pois existem diferentes normatizações que podem orientar a construção de tal instrumento (a Portaria 409/2014 SNP e a Resolução Normativa nº 7/2016 ANTAQ (que revogou Resolução 2.240/2011 ANTAQ)). Na sequência, o Convidado orientou que, antes da formalização do contrato, uma minuta do mesmo seja encaminhada para a apreciação dos órgãos intervenientes (SNP e ANTAQ). Ato contínuo, o Sr. Claydson se dispôs a esclarecer quaisquer dúvidas que podem surgir ao longo dos trabalhos.

Adiante, o Sr. Rui mencionou que, por atuar no Setor de Patrimônio da SCPar Porto de Imbituba, tem ciência das duas portarias mencionadas pelos Sr. Cleydson, e complementou dizendo que, além disso, também pode ser estudado a possibilidade elaborar um termo de reversão, semelhante ao aplicado no caso dos armazéns da Fertilizante. Em seguida, o Sr. Rui ressaltou que o traçado proposto pela FTC passa por terras públicas, sendo assim, não interfere no contratos de arrendamentos existentes. Mesmo neste cenário, destacou o colaborador do Setor de Patrimônio, é importante o envolvimento de todos os interessados - União, Estado, Município, Arrendatárias, FTC - na discussão do projeto da pera ferroviária. Sendo assim, nas reuniões preliminares a esta, entende-se que seria interessante criar um grupo de trabalho para dar andamento a esta demanda.

O Presidente do CAP, o Sr. Carlos Magno, lembrou que este é um órgão consultivo, não deliberativo, e, em seguida, propôs que dois membros do CAP integrem o Grupo de Trabalho e indagou aos conselheiros qual deles tinham interesse em voluntariar-se para desempenhar esta função.

Inicialmente, o Sr. Antonio Guimarães se dispôs a participar do Grupo de Trabalho, no entanto, após discussões, os conselheiros, por unanimidade, se pronunciaram orientando que os trabalhos sejam conduzidos internamente pela equipe técnica de colaboradores da SCPar Porto de Imbituba, de maneira a demandar do público externo apenas em situações pontuais.

Adiante, a equipe da FTC esclareceu várias dúvidas dos presentes. Alguns questionamentos, como a manifestação a seguir, ficaram em aberto, devendo ser sanadas com o avanço dos trabalhos. O convidado Gustavo, responsável pela empresa Votorantim, frisou que a extensão da malha a ser construída não interfere nos arrendamentos existentes, no entanto, atualmente, parte do traçado da ferrovia passa na área arrendada pela Empresa Santos Brasil. Considerando esta situação, o convidado indagou “caso a Votorantim opte por utilizar a ferrovia para transportar coque, terá que remunerar a Santos Brasil?”.

O Sr. Gilberto afirmou que a equipe técnica irá encontrar a resposta desta questão quando concluir os estudos referentes ao instrumento contratual que melhor se adeque a este contexto. O Diretor Presidente expôs que o grupo de trabalho é multidisciplinar, ou seja, composto por técnicos de diferentes setores (Obras, Patrimônio, Operações, Jurídico, Gabinete, Financeiro, Unidade de Segurança, Operações, e Saúde, Segurança e Meio Ambiente), sendo assim, as questões contratuais serão orientadas pelo Setor Jurídico. Finalizando este assunto, o Sr. Carlos Magno sugeriu que a Autoridade Portuária compartilhe com o Conselho o andamento dos trabalhos.

5. ASSUNTOS GERAIS:

5.1. Término do mandato do presidente do CAP

O Sr. Carlos Magno informou que o seu mandato no Conselho encerra-se no dia 23 de fevereiro de 2019 e, em seguida, agradeceu a oportunidade de presidir o CAP do Porto de Imbituba.

Os conselheiros presentes parabenizaram-o pela condução dos trabalhos e convidaram-o para que esteja presente no Porto em oportunidades futuras.

5.2. Mandato dos conselheiro

Por fim, o Sr. Carlos Magno solicitou que os conselheiros, principalmente os representantes da classe trabalhadora, verifiquem a data do seus mandatos e, caso necessário, providenciem novas indicações.

6. ENCERRAMENTO

Desta feita, o Presidente Carlos Magno Lopes da Silva Filho franqueou a palavra e, não havendo mais manifestações, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. A Secretária do CAP do Porto de Imbituba, Srta. Marlei Goldmeyer, nesse sentido, redigiu a presente Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Carlos Magno Lopes da Silva Filho	Presidente	
Sonia Pires Inácio	Suplente	
Denise Fernandes da Silveira	Titular	
José Márcio de Souza Duarte	Titular	
Jamazi Alfredo Ziegler	Titular	
Daniel Drobrachinsky Plentz	Suplente	
Fernando Moretti Teixeira	Titular	
Rosenvaldo da Silva Júnior	Titular	

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

José Roberto Martins

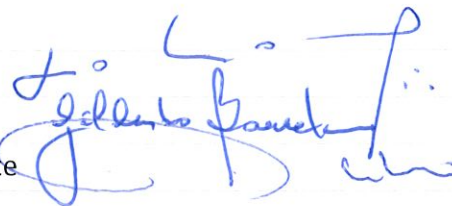
Titular

Gilberto Barreto da Costa Pereira

Titular

Antônio Carlos Bandeira Guimarães

Suplente



REPRESENTANTES DA CLASSE DOS TRABALHADORES

José Afonso de Carvalho

Titular

Albert Pacheco Ramos

Suplente



SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer

